

Nos vários sectores da política portuguesa, deformada pela noção de partido, nem sempre se tem feito uma ideia exacta do que queremos e daquilo que eles próprios representam ou podem significar na orgânica do Estado futuro e no momento de transição que estamos vivendo. Isso me força a examinar com certa demora alguns dos problemas que circunstâncias estranhas a nós ou à nossa própria existência põem, no actual momento, diante das forças políticas existentes em Portugal. Espero fazê-lo de modo a não magoar pessoalmente ninguém. Começo pelos monárquicos.

OS MONÁRQUICOS

A causa monárquica tem ainda no País força considerável. A sua importância provém da tradição, das deficiências de funcionamento do regime republicano e do facto de, em quase todas as suas correntes, constituir, num país fundamente conservador, uma autêntica força conservadora: todas as reacções contra a demagogia tiveram de ter a sua colaboração ou o seu apoio. Um pouco de sentimentalismo, as dedicações pessoais, a inércia, as convicções de ordem intelectual, a experiência portuguesa explicam o número, o valor e até certo ponto também a falta de combatividade dos partidários do Senhor D. Manuel.

O Rei deposto em 1910 viveu no seu exílio de Londres vida que direi mais de príncipe - de grande português. Sofreu, estudou, observou muito. Venceu-se a si e às possíveis sugestões duma dor imerecida, levando a extremos o seu patriotismo e amor a Portugal; cultivou-se e foi recebido por direito próprio no alto mundo da inteligência; cumulou o seu espírito de observações e ensinamentos tirados das coisas e dos factos, dos factos que a sua posição lhe permitia ver e são muitas vezes diferentes do que nós vemos; praticou no elevado grau, que servia a todos de exemplo, as virtudes domésticas e sociais. E eis que, quando se acabara de formar este modelo de homem, de príncipe e de português, ao atingir o pleno vigor da idade, da inteligência, da cultura e das energias morais,

quando finalmente se podia considerar preparado para ser rei, leva-o a morte, sem descendentes nem sucessor.

Por menos que a gente queira perscrutar o segredo que dispõe os acontecimentos humanos, este parece ferir a nossa inteligência, por absurdo quase. Pelo menos repugna à nossa sensibilidade que na ordem dos factos nada valha uma tal tragédia para aquilo que o Rei mais amou - a independência, a força, a grandeza de Portugal. Tenho que dizê-lo: sobre todas as tristezas, o mais triste é ser inútil esta morte incontestavelmente está posto um problema grave para a consciência dos monárquicos portugueses.

Eu sei o que valem e costumam convicções sinceras para que não tenha por elas absoluto respeito: não se ordena à inteligência que deixe de olhar a verdade onde a vê. Mas as ideias não têm sempre força realizadora nem utilidade prática; por vezes morrem para a acção e importa não deixar os homens amarrados a cadáveres. Atentemos um pouco nas considerações seguintes.

Salvo raras excepções, as monarquias na Europa com carácter de solidez e estabilidade acantonam-se ao norte, onde é geral e radicada a convicção de caber no seu seio todo o progresso e de que ao seu abrigo se podem realizar as mais profundas reformas económicas e sociais. Estas monarquias mesmo são, mercê dos tempos que vivemos, quase só repúblicas hereditárias. Para sul, ao centro e para leste, mesmo tendo em conta as pressões de ordem externa que explicam algumas transformações políticas, formou-se a convicção nas camadas mais extensas da sociedade de que certas reivindicações

sociais eram mais facilmente realizáveis sob a república que sob a monarquia, e que aquelas são mais progressivas que estas. A tal ideia profundamente radicada em muitos espíritos, a esta mística da virtude específica da superioridade essencial da forma republicana não está oposta forte corrente contrária: o que vemos predominar nas novas gerações cultas é uma espécie de indiferentismo perante o problema, é pelo menos a sobreposição à questão do regime de muitas outras questões, hoje no primeiro plano das preocupações intelectuais e políticas. A persistir nos espíritos a posição indicada, a ideia monárquica terá perdido, não se sabe por quanto tempo, a sua força actuante. Ponto é que, em frente das ondas revolucionárias, as repúblicas sejam ou queiram ser regimes de ordem e de autoridade, e os povos tenham a certeza de que estão, sob o seu domínio, defendidos e seguros. A experiência feita pela Ditadura portuguesa deve esclarecer a muitos olhos a importância decisiva que no assunto têm não as formas externas mas os conceitos profundos do Poder e da governação pública e a organização dos Poderes do Estado.

Diante de problemas de tão alta gravidade para a causa da civilização latina e cristã, num mundo que a nossos olhos se transforma a caminho do futuro desconhecido, fechado e piedosamente abrigado na terra da Pátria o túmulo do último Rei, não será o momento de rever a ordem de precedência das ideias e das coisas, não serão tomadas as atitudes que mais valorizem os homens para a acção patriótica e mais adequadamente sirvam a solução pacífica das graves questões nacionais? Mas neste ponto, como noutros, eu não faço doutrina nem dou conselhos; digo apenas o que me parece.